



PODER

Sem taxa das blusinhas, Lira ameaça projeto

Relator no Senado retira do texto que cria o Programa Mover a cobrança de alíquota sobre compra internacional de até US\$ 50, e votação é adiada. Irritado com a supressão, presidente da Câmara diz que deputados podem derrubar a proposta inteira

» ANDREA MALCHER

Waldemir Barreto/Agência Senado



Pacheco anunciou o adiamento da votação do projeto após o relator da matéria no Senado, Rodrigo Cunha (E), apresentar mudanças no texto

O relator do projeto de lei que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL), provocou um alvoroço no Congresso ao retirar do texto o “jabuti” que previa a cobrança de uma alíquota de 20% em compras internacionais de até US\$ 50. Ante a insatisfação de parte dos parlamentares com a decisão do colega, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) adiou a votação para hoje. Na Câmara, o presidente Arthur Lira (PP-AL) ameaçou não votar o Mover se o projeto voltar à Casa sem a taxa aprovada pelos deputados na semana passada, após acordo com o governo.

Na justificativa para retirar do projeto a chamada “taxa das blusinhas”, Cunha disse que o trecho é um “corpo estranho, uma artimanha legislativa” na matéria que trata de incentivo a automóveis sustentáveis. “O assunto principal deveria ser esse (Programa Mover) que, no nosso ponto de vista, será algo que vai colocar o país numa nova fase”, afirmou. Ele defendeu que a taxa deveria ser tratada “de outra maneira”.

O senador observou que o projeto “não é assunto de viés político, é de viés econômico” e que a alíquota foi acordada entre o governo e a Câmara, mas que o mesmo não ocorreu no Senado. Ainda assim, disse ter conversado sobre o tema e obtido apoio dos ministros Fernando Haddad, da Fazenda; Alexandre Silveira, de Minas e Energia; e do vice, Geraldo Alckmin, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

O impasse foi tamanho que o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), pediu o adiamento da votação. “Para mim, tem muito ruído de comunicação. Acho que para

votar a matéria aqui e agora tem muita confusão”, argumentou. Ele frisou que o governo não pediu a supressão do trecho. E acrescentou já ter o compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva “de veto de uma série de dispositivos que são parte da retirada que o senador Rodrigo Cunha fez”.

Caso o parecer de Cunha seja aprovado como está, o projeto voltará para a análise da Câmara. Mas Lira enfatizou que sem a taxa de compras internacionais há “sérios riscos” de todo o texto do Programa Mover não ser votado.

“Eu não sei como é que os deputados vão encarar uma votação que foi feita por acordo se ela retornar. Então, acho que o Mover tem sérios riscos de cair junto, de não ser votado mais na

Câmara”, disparou. “Isso eu penso de algumas conversas que eu tive. Portanto, nós estamos pacientemente esperando, aguardando que as coisas sejam discutidas, votadas, de maneira muito ativa, transparente, clara. Não com subterfúgios nem nenhum tipo de ilação a um assunto sério como esse”, acrescentou.

Lira contou ter conversado com o titular da Fazenda, que está em evento em Roma. “O ministro Haddad me informou que não fez esse acordo, que o relatório ligou para ele e que ele explicou que, inclusive, a proposta da taxa dos 20% veio da própria empresa Shein”, ressaltou, numa menção à plataforma chinesa. “Eu só fui sondar se na realidade o ministro do governo tinha participado dessa narrativa do relator com relação ao seu

relatório”, destacou.

Por fim, uma reunião de líderes extraordinária foi convocada por Pacheco, após a sessão plenária, em que ficou definida a votação do texto de Cunha, com uma emenda a ser apresentada pelo governo que retorne a taxa.

Setor produtivo

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Comércio Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) pediram aos senadores que votem o projeto com a taxa. “O texto, mesmo não atendendo à total igualdade tributária com os importados, é de extrema relevância para garantir a manutenção

de milhares de empregos e o crescimento econômico nacional”, ressaltaram.

“O setor produtivo considera que relatório do senador Rodrigo Cunha mantém a injusta discriminação tributária contra os produtos nacionais ao premiar as importações de até US\$ 50 sem o devido pagamento de impostos federais, assim como premia a concorrência desleal, prejudicando os trabalhadores brasileiros sem solucionar um entrave à criação de novos postos de trabalho nem atender aos interesses da população de menor renda do país”, argumentaram.

As entidades frisaram que “as importações sem tributação federal levam a indústria, o comércio e o agronegócio nacionais a deixar de empregar 226 mil pessoas”.



Eu não sei como é que os deputados vão encarar uma votação que foi feita por acordo, se ela retornar. Então, acho que o Mover tem sérios riscos de cair junto, de não ser votado mais na Câmara”

Arthur Lira (PP-AL),
presidente da Câmara



Não houve nenhum acordo com o governo para retirar a taxa que foi votada na Câmara. A decisão de acolher uma emenda supressiva de retirar a taxa dos importados foi do relator. Será submetida a votos amanhã (hoje). A história ainda não terminou”

Jaques Wagner (PT-BA),
líder do governo no Senado

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Taxação das blusinhas sai de pauta e gera impasse

O plenário do Senado adiou para hoje a votação do projeto de lei que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover). O relator da matéria, Rodrigo Cunha (Podemos-AL), retirou do parecer o “jabuti”, aprovado na Câmara na última semana, que estabelece a cobrança de uma alíquota de 20% sobre as compras internacionais de até US\$ 50. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), diante da retirada, reclamou com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e pediu para adiar a votação. As bancadas do MDB, União Brasil e PP são a favor da manutenção da taxa.

O pedido de adiamento foi feito pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que argumentou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende vetar uma série de dispositivos que são

parte da taxa. Esse encaminhamento criou mais um atrito com Lira, que revelou ter negociado a aprovação da cobrança com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por intermédio do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). Ele avisou a Haddad que negociava com “um só governo”.

Líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM) anunciou que partido deverá votar pela manutenção do texto como veio da Câmara. O líder do União Brasil, Efraim Filho (PB), apresentará destaque pela manutenção da taxa em plenário. “O MDB deverá encaminhar a favor do destaque do Efraim”, anunciou Braga. Seu argumento é que esses produtos importados estão concorrendo com a indústria nacional.

E estão mesmo. Na avaliação

da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a isenção elimina 250 mil empregos no país. Em um período de 10 anos (2013-2022), as importações de pequeno valor tiveram uma alta de US\$ 800 milhões para US\$ 13,1 bilhões, um montante que representou 4,4% do total de itens importados em 2023. Desde janeiro, as entidades ameaçam entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a isenção do imposto de importação.

Segundo as entidades, há desequilíbrio com relação às compras, que normalmente são bens de consumo de baixo preço, aos quais o presidente Lula se referiu quando falou da “blusinha”, adquiridas pela população de menor renda.

Os empresários querem que os Correios tenham mais rigor na checagem do CEP e do volume de produtos importados. Lira comprou essa briga da indústria nacional e das grandes redes de magazines, que estão tendo prejuízos com o chamado e-commerce.

O senador Rodrigo Cunha, relator do PL que institui o Mover, disse que a cobrança de uma alíquota de 20% em compras internacionais de até US\$ 50 seria um “corpo estranho, uma artimanha legislativa” no projeto que trata da transição energética no setor de produção de veículos automotores. Caso sua posição prevaleça, o texto do Mover deve voltar para a análise da Câmara.

Indústria nacional

Pacheco, após encerrar os trabalhos de ontem, convocou uma reunião do colégio de líderes para tentar negociar um acordo. Segundo ele, Cunha agiu com prudência. “Nesse caso concreto, de fato, há o estabelecimento de uma

concorrência entre os mesmos produtos entre a indústria nacional e a indústria estrangeira. Não pode haver um tratamento diferenciado em relação a isso. (...) Me parece, de fato, que se estabelecer uma taxa uniforme entre o que vem do exterior e o que é produzido aqui é o estímulo à produção de automóveis sustentáveis. A taxa às compras internacionais, segundo o relator do projeto no Senado, deveria ser tratada em outra matéria. O governo, inclusive, há nove meses, criou um programa para isso: a chamada Remessa Conforme. Nesse programa, foi inserida a cobrança de 17% de ICMS, um acordo feito com o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

Todos os estados estão recebendo essa alíquota. Hoje, para poder vender no Brasil, as

empresas varejistas internacionais tiveram de se adequar a novas regras muito mais rígidas, inclusive trazendo transparência. O assunto também será tratado na regulamentação da reforma tributária.

A polêmica sobre a chamada “taxa da blusinha” embaralhou o posicionamento dos partidos no Congresso. A esquerda, que sempre foi desenvolvimentista e nacionalista, está votando contra a taxa, conforme a orientação de Lula. A oposição agarrou a bandeira da defesa da indústria nacional com as duas mãos e passou a defender a cobrança. Nos bastidores, a equipe econômica apoiava a taxa, de olho no aumento de arrecadação.

O pior dos mundos é a discussão ganhar um viés ideológico, como já começam a pontuar deputados e senadores de oposição que fazem campanha contra a China comunista. Enquanto o agronegócio fatura alto com as exportações para a potência asiática, a indústria e as grandes redes comerciais argumentam que sofrem concorrência desigual.